

136

**A CONSTRUÇÃO DAS PRÁTICAS NOS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS).**  
*Alexandra Maria Campelo Ximendes, Sabrina Ruas Machado, Claudia Maria Perrone (orient.)*  
(UFSM).

Introdução: A Reforma Psiquiátrica, no Brasil, contou com a participação de diferentes atores sociais: trabalhadores de saúde mental, sindicato médico, movimento estudantil, usuários e familiares. A Reforma se consolidou com a aprovação da lei federal 10.216/01, que prevê uma nova forma de tratar os doentes mentais, a partir de uma rede de serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico. Dentre esses serviços, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Segundo Benevides (2003; 203): “Se a institucionalidade dos CAPS é aspecto importante a ser construído no sentido do investimento e fortalecimento de um outro modo de cuidar, deve-se prestar atenção aos riscos da institucionalização-cronificação, de perda do movimento”. Esta pesquisa está ficada no levantamento das políticas e práticas dos CAPS na região de Santa Maria (Santa Maria, Júlio de Castilhos e Santiago). Metodologia: pesquisa-ação participante – com observações participantes – e entrevistas individuais e grupos focais, com gestores, técnicos e usuários. Resultados Parciais: Os dados apontam para um primeiro momento de grande interesse pela implantação de CAPS nos municípios, mas isso não colaborou para uma efetiva redução do número de internações psiquiátricas. A continuidade do modelo ambulatorial de saúde mental ainda é muito forte. Percebe-se, no entanto, que esse quadro despertou, em Santa Maria, uma discussão acerca da rede de serviços de saúde mental. Esse dado tem provocado a discussão sobre a necessidade de construção de uma política de saúde mental. Os municípios estão operando com indicadores da macro-política da Reforma, recém despertando para as necessidades locais no planejamento das ações em saúde mental na região.